

ANTÓNIO RAMALHO EANES

**“A DEFESA DE CAUSAS E O PAPEL DA SOCIEDADE” DE ANTÓNIO
SARAIVA**

(APRESENTAÇÃO DO LIVRO QUE REÚNE UM CONJUNTO DE INTERVENÇÕES DE
ANTÓNIO SARAIVA, PRESIDENTE DA CIP, EDITADO PELA BNOMICS)

AUDITÓRIO DA AIP, 18H30

LISBOA, 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Não conheço, pessoalmente, António Saraiva há muito tempo. Apesar disso, creio conhecê-lo bastante bem. Acontece tal porque tive a grata oportunidade de acompanhar, atentamente, o seu percurso de vida através do trabalho biográfico, que lhe foi, ainda recentemente, dedicado, e que tive a gratificante incumbência de prefaciá-lo. Oportunidade tive, pois, de me aperceber da sua verdadeira unidade e continuidade, construídas e afirmadas através do seu pensamento, vontade e acção.

Ocasão, favorável, tive, pois, para concluir, sem pressas e, até, com aturada reflexão, sobre o homem exemplar que António Saraiva tem procurado e conseguido ser. Para ele, a vida é uma “longa maratona”, num tempo e percurso que nunca admitem, como disse Yourcenar, que a vida seja um “momento de repouso”¹; “uma maratona [que] exige [sempre] tempo, alento, um esforço contínuo, uma lucidez absoluta”².

Na verdade, a sua vida revela-nos um homem exemplar, que dela procura fazer uma realizante aventura de propósitos, projectos e acção de assumido risco, um homem, a um tempo só, tão humilde quão ambicioso e realista, um homem preocupado, na reflexão e acção, com os valores da responsabilidade, da competência e do mérito, da racionalidade e do realismo e, também, da solidariedade cidadã.

História pessoal, esta, a sua, que nos evidencia o quanto ele se não resigna, quer ao insucesso, quer, mesmo, à quietude «desfrutante» do sucesso. Num e noutro caso, sabe remotivar-se, reevocando, assim, continuamente, a esperança do futuro perfectível, pessoalmente, e perfectibilizante, socialmente.

Em síntese, diria que sempre, no seu percurso de vida, mesmo quando teve de enfrentar tumultuosas e desalentadoras “circunstâncias”, mostrou que, se o homem é ele e a sua circunstância³, não é esta que o faz, nem faz o seu destino; que o destino é o homem que o faz, o homem actuando sobre essa circunstância, com realismo e racionalidade, com persistência, enfim, com respostas inteligentes e estratégico planeamento.

Assim, conhecendo relativamente bem António Saraiva, contava que este seu livro – que, aliás, se lê com agrado porque atraente é a prosa que oferece – me não iria causar surpresa. Mas, a verdade é que acabou por me surpreender. E surpreendeu-me porque, ao longo do seu livro, ao debruçar-me sobre as muitas intervenções que produziu (ao longo dos anos de 2010 a 2015 – incluindo 7 enquanto Presidente da AIP, desde Janeiro de 2013, e já como Presidente da CIP, desde Janeiro de 2011, reeleito em Abril de 2014), nos eventos e foruns mais diversos, constatei inesperada preocupação de abrangência, tentando mostrar a complexa correlação que a globalização estabelece e exige que se considere.

¹ YOURCENAR, Marguerite – *O Tempo, esse grande escultor*. Trad. de Helena Vaz da Silva. Lisboa: Difel, d.l. 1984. p.13

² PEYRELEVADE, Jean; JEAMBAR, Denis – *La république silencieuse*. S.l.: Plon, 2002. p.9

³ Cf. Ortega y Gasset. In. *Meditaciones del Quijote*

António Saraiva debruça-se sobre o mundo, a globalização e os seus constrangimentos e oportunidades, sobre a Europa e, como seria de esperar, sobre Portugal, enquanto unidade global – como sublinha António Saraiva, em “Povo somos todos nós”⁴, irrecusável mas, nem por isso, tanto e tantas vezes menosprezada –, sobre a sua Sociedade Civil e o Estado (enquanto organização sua; certamente, a primeira e mais importante) e, naturalmente, sobre a economia (maleitas endémicas e terapêuticas indispensáveis e urgentes).

Da mundialização, que do planeta fez um mercado global e que vem desmoronando as velhas fronteiras políticas dos Estados e, também, abalando, progressivamente, a soberania dos velhos Estados-Nação, nos fala António Saraiva neste seu livro. E, repetidamente, conclui que esta “mutação” deveria, só por si, ser suficiente para que o Estado, o nosso Estado, realística e inteligivelmente, se transformasse; passasse do “monstro burocrático”, que é, a um Estado modernizado, inteligente, dialógico com a sociedade civil, estratega, ágil, enfim, capaz de responder, com eficácia, aos constrangimentos e aproveitar as oportunidades, respectivamente aportadas pela nova economia da globalização e nela, apesar de tudo, ínsitas, também – nova economia que tem vindo, também, a revolucionar o mercado de trabalho, pois, “Graças à multiplicação dos robots e dos computadores, a produtividade do trabalho humano progrediu de maneira inaudita”⁵, como diz Michel Rocard. A somar ao desemprego de tal resultante, há ainda, o que deriva, da “destruição do emprego industrial [tão] ligado ao comércio mundial mal regulado”⁶ e à deslocalização de empresas. Desemprego, este, que as novas indústrias e a grande ampliação dos serviços não tem conseguido absorver.

Trata-se de uma situação cuja gravidade, entre nós também, exigiria, só por si, e pelo menos, novos paradigmas para a acção sindical. É esta uma questão que António Saraiva trata com cuidada e séria reflexão neste livro⁷. Refere, nomeadamente que:

- “a existência de parceiros activos e responsáveis, com objectivos nacionais, é decisiva para a sobrevivência e desenvolvimento das empresas e, conseqüentemente, para a sustentabilidade e expansão da economia”⁸;
- “na contratação colectiva, é necessário dar um sinal claro de confiança, em prol da competitividade, da atracção do investimento directo estrangeiro e da criação de emprego. E esse sinal consiste em passar das palavras aos actos, demonstrando, claramente, que são as empresas e os trabalhadores quem melhor conhece as condições e os contextos onde operam,

⁴ Presente obra, p.16

⁵ ROCARD, Michel; LARROUTUROU, Pierre – *La gauche n'a plus droit à l'erreur*. S.l.: Flammarion, 2013. p.228

⁶ ROCARD, Michel; LARROUTUROU, Pierre – *La gauche n'a plus droit à l'erreur*. p.228

⁷ Presente obra, pp.23-30

⁸ Presente obra, p.27

formulando e ajustando as soluções mais adequadas a esses mesmos contextos”⁹.

Quanto à Europa, sabe-se que “não foi concebida para fazer face (...) [ao] fenómeno da mundialização”¹⁰. Terá sido, sim, originariamente, a operacionalização de uma resposta política, largamente reflectida e debatida filosoficamente (recorde-se o Abade de Saint Pierre, Kant e Vítor Hugo, entre outros), para pôr termo ao estado sistemático de guerra no velho continente. Apesar disso, o trabalho realizado para a unificação europeia representa um extraordinário sucesso. A própria moeda única é um passo de histórica dimensão¹¹.

A unificação europeia representa, realmente, um enorme mas insuficiente sucesso. Suficiência que, aliás, só poderia alcançar dotando-se de uma ambiciosa e realista estratégia de gradualizante integração, visando a criação de um Estado Único Europeu (EUE).

Na verdade, há uma ineficácia europeia que se deve à ausência de um Estado, “actor público à escala de um capitalismo mundializado”¹². Necessidade, esta, demonstrada, aliás, até por fenómenos de emergência pública recente, como são o migratório e o do terrorismo radical de inspiração religiosa. Para lhes responder com suficiência resolutiva, a cooperação interestadual europeia não basta. Evidente se torna a necessidade de a União Europeia dispor de um sistema de inteligência europeia, assim como de um sistema comum, também, policial e judiciário.

Outro tanto acontece com a economia. Face “à mundialização, a economia europeia exige regras novas para poder ser regulada com o rigor, a transparência e, sobretudo, com a reactividade”¹³ e proactividade necessárias. “O sistema hoje é, ao mesmo tempo, lento, pesado e pouco democrático”¹⁴. Exemplo caricatural de quanto se acaba de referir é, segundo Peyrelevade, o famoso critério de Maastricht do limite de 3% para o défice orçamental. Diz ele, a propósito da falta de uma unidade política real da União Europeia (no caso, um ministério europeu da Economia): substituiu-se uma “política orçamental pragmática por regras teológicas, sendo a principal o limite de 3% de défice orçamental (...). As regras não são feitas para a eternidade. Mas como estão seladas por um tratado, tornam-se eternas”¹⁵.

Sobre a Europa se debruça, também, António Saraiva várias vezes, nomeadamente sobre o tal “nó górdio”. Assim, a páginas 32 do seu livro, nos diz que “há que repensar a Europa, uma Europa que seja coesa e que defenda

⁹ Presente obra, p.27

¹⁰ PEYRELEVADE, Jean; JEAMBAR, Denis – *La république silencieuse*. p.193

¹¹ Cf. PEYRELEVADE, Jean; JEAMBAR, Denis – *La république silencieuse*. p.193

¹² PEYRELEVADE, Jean; JEAMBAR, Denis – *La république silencieuse*. p.197

¹³ PEYRELEVADE, Jean; JEAMBAR, Denis – *La république silencieuse*. p.197

¹⁴ PEYRELEVADE, Jean; JEAMBAR, Denis – *La république silencieuse*. p.197

¹⁵ PEYRELEVADE, Jean; JEAMBAR, Denis – *La république silencieuse*. p.198

os seus membros e o euro, criando as condições que permitam o aumento da sua competitividade”¹⁶.

E no tratamento da questão europeia não esquece Espanha e a sua importância para Portugal (trocas comerciais, energia, infra-estruturas e logística, cooperação bilateral e transfronteiriça, e saúde). Entre as questões bilaterais, importância atribui às “ligações ferroviárias de transporte de mercadorias, bem como as interligações das redes energéticas da Península Ibérica com as do resto da Europa”¹⁷.

Portugal constitui a preocupação e o tema dominante, plasmados na maioria das intervenções de António Saraiva reproduzidas neste livro.

Notórios são o propósito e a preocupação, aliás com repetida expressão em muitas das intervenções reproduzidas neste livro, em edificar uma grande associação patronal, capaz de formular, planear e defender os grandes valores matriciais do empresariado nacional, os justos interesses das empresas nacionais, em diálogo de informação e mobilização com a sociedade civil, uma relação dialógica aberta com os outros parceiros sociais, uma interacção, de independência face ao Estado, de colaboração, crítica quando necessário, informação e reivindicação.

A importância de uma organização assim da sociedade civil, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal –, mais evidente se torna quando se recorda que, como disse Dahrendorf, “Se queremos ser livres, temos de trabalhar com as instituições e dentro delas, dando-lhes forma uma e outra vez nesse processo, quer dizer, constituindo-as à imagem das oportunidades de liberdade (...) em cada momento”¹⁸ da história.

Organização, esta, a CIP, que neste livro António Saraiva nos define e apresenta como um elucidativo e promissor exemplo:

- Primeiro, pelo que representa e significa, pelo que defende e pelo que ambiciona e como ambiciona, pelo diálogo participativo que quer manter com a sociedade civil, com as suas diferentes organizações (em especial com os sindicatos, as famílias, as escolas de todos os níveis, privadas e do Estado), com a interacção dialógica que pretende manter com o Estado, independente e de geografia variável, que vai da colaboração ao apelo à adopção de medidas e procedimentos de economia política ou de outra índole, da crítica construtiva à reivindicação.
- Depois, porque mostra constante preocupação em alicerçar tal diálogo na defesa realista e racionalizada dos seus valores institucionais, mas também na defesa de uma economia de futuro, que responsabilidade social exija de

¹⁶ Presente obra, p.32

¹⁷ Presente obra, p.116

¹⁸ DAHRENDORF, R. - Ley y orden. Madrid: Editorial Civitas, 1994. p.157. Cit. In. MÚGICA, Fernando – La sociedad civil en contexto. In. ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. Pamplona: EUNSA, 1999 (col. Filosófica, nº 144). p.18

si, das empresas, dos outros parceiros sociais, da sociedade civil e do Estado.

As intervenções reproduzidas neste livro, de António Saraiva, evidenciam essa preocupação de racionalidade e responsabilidade social porque poderão ser engendradas numa reflexão cuidada sobre as estruturas da sociedade civil e do Estado, as suas responsabilidades e as respostas dadas e as que urge dar aos problemas que o País enfrenta, para que, no futuro, tenha futuro (empreendedorismo, inovação, qualificação e emprego, desenvolvimento económico e mercado, energia e ambiente, economia, concertação social, etc.)¹⁹.

Como seria expectável, por tudo isto propugna sem descurar a defesa da iniciativa privada e do mercado justamente regulado, a exigência de reformas estruturais, de políticas, medidas e procedimentos indispensáveis ao funcionamento dinamicamente regular das empresas.

António Saraiva, com as suas intervenções, de efeito potenciado pelas funções que exerce e pela legitimidade indiscutível de que desfruta (de título – eleito duas vezes – e de exercício, sobretudo pela reeleição), revela-nos, sem ambiguidades, uma classe empresarial em crescendo de afirmação, em todos os aspectos, que permite contribuir, mais e mais, para que a “democracia silenciosa” que temos sofrido, também por culpa nossa (nossa, da sociedade civil e cidadãos), se transmute numa “democracia com voz”, que, com mais educação, mais informação, mais colaboração com todas as organizações personalizadas da sociedade civil, mais participação, saiba, com competência e responsabilidade, reivindicar do Estado aquilo que o Estado deve ser em democracia; e fazê-lo através da justa interacção do seu “triângulo virtuoso” Famílias – Sindicatos – Associações empresariais.

Por economia de tempo, escuso-me de percorrer, com esta minha intervenção, as muitas matérias, de candente actualidade e interesse nacional tratadas por António Saraiva nos textos reproduzidos neste livro. O interesse que merecem, pelo seu âmbito de qualidade, é, sem dúvida, grande, bem como o é a sua diversidade, como no-lo mostra, até só, o índice das intervenções do Presidente da CIP, António Saraiva.

Este livro constitui uma importante e esclarecedora contribuição para a compreensão do tempo económico, político e social que vivemos, para a reflexão sobre as respostas que exige, sobre as nossas responsabilidades em reivindicar do poder político que lhes responda com competência, prontidão, evidência e transparência. É que só assim o País terá futuro seu, distintivamente seu, neste mundo em global e desafiante mudança.

¹⁹ Presente obra, p.32